

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2023
PROCESSO Nº 23/4000-0000299-3
Contrato Adm nº 018/2023

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM
DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

CONTRATANTE:

BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, instituição financeira de economia mista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.885.855/0001-72, com sede na Rua Gen. Andrade Neves Nº 175 - 18º andar, representada neste ato, por seu Diretor-Presidente, **Cláudio Leite Gastal**,

[REDACTED] e por seu Diretor Financeiro, **Kalil Sehbe Neto**,

[REDACTED] doravante denominada simplesmente **BADESUL**.

CONTRATADO:

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE EMPRESA DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS - FUNDATEC inscrita n CNPJ/MF sob nº 87.878.476/0001-08 com sede na Rua Professor Cristiano Fischer, nº 2012, na Cidade de Porto Alegre/RS, CEP 91530-034, representada neste ato pelo seu Presidente, Senhor **Carlos Henrique da Cunha Castro**,

[REDACTED] doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

As partes acima qualificadas, em consonância com o processo de Dispensa Sem Disputa nº 022/2023, com base na Lei Federal nº. 13.303, de 30 de junho de 2016, regendo-se pela mesma lei, pela Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, pela Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Estadual nº. 52.823, de 21 de dezembro de 2015, pela Lei Estadual nº. 13.706, de 06 de abril de 2011, pela Lei Estadual nº. 11.389, de 25 de novembro de 1999, Lei Estadual 15.228, de 25 de setembro de 2018, pelo Decreto Estadual nº. 42.250, de 19 de maio de 2003, pelo Decreto Estadual nº. 48.160, de 14 de julho de 2011, e suas alterações posteriores, assim como pelo Projeto Básico/Termo de Referência e demais documentos constantes no processo e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA 1ª. DO OBJETO

1.1. Contratação de consultoria em Avaliações de Desempenho referentes ao período de outubro 2021 a setembro 2022.

CLÁUSULA 2ª. DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A execução do presente contrato far-se-á pelo regime de **empreitada por preço global.**

CLÁUSULA 3ª. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

- 3.1. O objeto da contratação inclui as seguintes etapas:
- 3.1.1. Realização de palestra sobre Feedback de forma presencial ou remota conforme decisão entre as partes
 - 3.1.2. Reuniões de Alinhamento com os Gestores antes da aplicação do formulário, de forma presencial-
 - 3.1.3. Reunião de Alinhamento com todos os Empregados sobre os critérios de avaliação, podendo ser junto com a palestra sobre Feedback -
 - 3.1.4. Apoio na aplicação das avaliações de desempenho de forma presencial ou remota conforme decisão entre as partes -

3.1.5. Reunião de alinhamento com os Gestores para validação das notas em grupo antes do consenso de forma presencial ou remota conforme decisão entre as partes -

3.1.6. Após aplicação e levantamento das notas, fazer avaliação da metodologia aplicada para fins de ajustes e se necessário, alteração da metodologia de forma remota -

3.1.7. Elaboração de um manual de orientação e boas práticas para a realização das Avaliações de Desempenho, contendo instruções claras e objetivas sobre os critérios de avaliação, os processos de feedback de forma remota-

3.1.8. Realização de reuniões periódicas durante o período de vigência do contrato, para acompanhamento e avaliação do andamento das Avaliações de Desempenho, com apresentação de relatórios de progresso e discussão de eventuais ajustes necessários.

CLÁUSULA 4ª. DO PREÇO

4.1. O preço total referente à execução dos serviços contratados é de **R\$ 12.837,00 (Doze mil, oitocentos e trinta e sete reais.)**, de acordo com a proposta vencedora da licitação, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA 5ª. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento deverá ser efetuado no prazo de até 10 (dez) dias mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela CONTRATADA, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados.

5.2. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.

5.2.1. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independentemente da

localização da sede ou filial da CONTRATADA.

5.3. A protocolização somente poderá ser feita após a prestação dos serviços por parte da CONTRATADA.

5.4. O pagamento será efetuado por fornecimento efetivamente realizado e aceito.

5.4.1. A glosa do pagamento durante a execução contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a CONTRATADA:

5.4.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar as atividades com a qualidade mínima exigida no contrato; ou

5.4.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.5. Caso o serviço não seja prestado fielmente e/ou apresente alguma incorreção será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.

5.6. Na fase da liquidação da despesa, deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS para fins de comprovação do cumprimento da relação contratual estabelecida nos termos do disposto no artigo 69, inciso IX, da Lei nº. 13.303, de 30 de junho de 2016;

5.6.1. Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao CADIN/RS, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

5.7. Persistindo a irregularidade, o BADESUL poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

5.7.1. Os pagamentos a serem efetuados em favor do contratado, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

5.7.1.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, conforme determina o art. 64 da Lei federal nº 9.430/1996;

5.7.1.2. Contribuição Previdenciária, correspondente a onze por cento, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei federal nº 8.212/1991;

5.7.1.3. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar federal nº 116/2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

5.8. As empresas dispensadas de retenções deverão entregar declaração, anexa ao documento de cobrança, em duas vias, assinadas pelo representante legal, além de informar sua condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal.

5.9. O contratante poderá reter do valor da fatura do contratado a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

5.10. A nota fiscal deverá ser enviada ao e-mail badesul.fornecedores@badesul.com.br. Não será considerada recebida a nota fiscal encaminhada por qualquer outro meio.

CLÁUSULA 6ª. DO RECURSO FINANCEIRO

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de recursos próprios do BADESUL.

CLÁUSULA 7ª. DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1. Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, *pro rata die*, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA 8ª. DA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

8.1. As antecipações de pagamento em relação a data de vencimento, respeitada a ordem cronológica para cada fonte de recurso, terão um desconto equivalente à de 0,033% por dia de antecipação sobre o valor do pagamento.

CLÁUSULA 9ª. DOS PRAZOS

9.1. O prazo de vigência do contrato é de 180 dias, contados a partir da data de sua assinatura, obedecendo os prazos da cláusula de execução.

9.2. O prazo de duração do presente contrato é adstrito ao aceite definitivo do objeto, somente podendo ser prorrogado em situações excepcionais, devidamente fundamentadas e aceitas pela Administração, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 9.2.1. os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 9.2.2. a Administração mantenha interesse na realização do serviço; e
 - 9.2.3. o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração.
- 9.3. O contratado não tem direito subjetivo a prorrogação contratual.

CLÁUSULA 10ª. DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1. O titular e o substituto da fiscalização serão designados, mediante termo formal a ser emitido pelo Gestor do Contrato, por meio do Documento denominado Ato de Designação de Fiscal Técnico, anexo ao Processo, sendo estes encarregados de conferir o andamento das atividades e de corrigir desvios ou apontar eventuais irregularidades.
- 10.2. Sempre que solicitados pela fiscalização e de forma a dirimir dúvidas devidamente fundamentadas, serão realizados pela **CONTRATADA**, sem ônus adicionais, relatórios, documentos, laudos para esclarecer ou informar sobre problemas e soluções na execução dos serviços.
- 10.3. A fiscalização, sempre que possível, comunicará à contratada as providências necessárias para sanar eventuais problemas detectados na execução dos serviços. Porém, a ausência de manifestação escrita da fiscalização quando da ocorrência de falhas, não exime a contratada, em nenhuma hipótese, da responsabilidade de corrigi-las.
- 10.4. Qualquer fiscalização exercida pelo **BADESUL** será feita em seu exclusivo interesse e não implicará corresponsabilidade pela prestação dos serviços contratados, sem que assista direito à **CONTRATADA**, eximir-se de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução dos serviços;
- 10.5. A fiscalização do **BADESUL** verificará a qualidade da prestação dos serviços, podendo exigir substituições ou reelaboração das atividades, quando não atenderem aos termos do objeto contratado, sem qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

CLÁUSULA 11ª. DO GESTOR DIRETO DO CONTRATO

- 11.1. O Gestor do contrato pelo BADESUL, a quem caberão os controles sobre as normas, cumprimento das cláusulas contratuais e gerenciamento das dúvidas ou de questões técnicas surgidas no decorrer da prestação dos serviços do Contrato, será a Superintendente de Administração e Pessoas.

CLÁUSULA 12ª. DAS OBRIGAÇÕES

12.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

CLÁUSULA 13^a. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
--

13.1. Executar os serviços conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I do do Edital e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários previstos;

13.2. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

13.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando o BADESUL autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.7. Apresentar ao BADESUL, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

13.8. Atender às solicitações do BADESUL quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo BADESUL, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço;

13.9. Orientar seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do BADESUL;

13.10. Orientar seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato;

13.11. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pelo

BADESUL, para representá-la na execução do contrato, quando couber.

13.12. Responder nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras que venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

13.13. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, a fim de verificar as condições de execução;

13.14. Comunicar ao BADESUL qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

13.15. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato;

13.16. Realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados;

13.17. Treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes do órgão;

13.18. Coordenar e supervisionar a execução dos serviços contratados;

13.19. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;

13.20. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;

13.21. Instruir seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;

13.22. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao BADESUL;

13.23. Relatar ao BADESUL toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do contrato;

13.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.27. Garantir a confiabilidade e imparcialidade na condução das Avaliações de Desempenho, mediante a adoção de critérios claros e justos de avaliação, além da atuação isenta dos consultores.

13.28. Disponibilizar suporte técnico e apoio aos gestores e colaboradores durante todo o processo de Avaliação de Desempenho, para esclarecimento de dúvidas e solução de eventuais problemas.

13.29. O Contratado deverá, se for o caso, apresentar Programa de Integridade, nos termos da Lei Estadual nº 15.228, de 25 de setembro de 2018 e do seu Regulamento.

CLÁUSULA 14ª. DAS OBRIGAÇÕES DO BADESUL

14.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do objeto, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à Autoridade Administrativa para as providências cabíveis;

14.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais;

14.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;

14.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do objeto, no prazo e condições estabelecidas neste contrato;

14.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA 15ª. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. Os serviços, caso estejam de acordo com as especificações do Termo de Inexigibilidade, serão recebidos:

15.1.1. Provisoriamente, por efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com as especificações; e

15.1.2. Definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade dos serviços e material, quando for o caso, e consequente aceitação.

15.2. A aceitação do objeto não exclui a responsabilidade civil, por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.

15.3. O serviço e/ou material recusado será considerado como não prestado ou entregue.

15.4. Os custos de retirada e devolução dos materiais recusados, quando inclusos no objeto, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da CONTRATADA.

15.4.1. O serviço deverá ser prestado nos locais indicados no Projeto Básico.

<p style="text-align: center;">CLÁUSULA 16ª. DA CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BADESUL</p>

16.1. O CONTRATADO e o BADESUL comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.

16.2. Em atendimento ao disposto no caput desta Cláusula, a CONTRATADA obriga-se, inclusive, a:

16.2.1. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;

16.2.2. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente do Badesul na execução do objeto do presente Contrato;

16.2.3. providenciar para que não sejam alocados, na execução do objeto do contrato, familiares de dirigente ou empregado do Badesul, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;

16.2.4. observar o Código de Ética do Badesul vigente ao tempo da contratação, bem como a Política de Conduta e de Integridade das Licitações e Contratos Administrativos do Badesul e a Política Corporativa Anticorrupção do Badesul, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e

16.2.5. adotar, na execução do objeto do contrato, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

16.3. O BADESUL recomenda, ao CONTRATADO, considerar em suas práticas de gestão a implantação de programa de integridade estruturado, voltado à prevenção, detecção e remediação da ocorrência de fraudes e atos de corrupção.

16.4. Verificada uma das situações mencionadas nos 16.2.1 e 16.2.2 desta Cláusula, compete ao CONTRATADO afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao BADESUL, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

16.5. O CONTRATADO declara ter conhecimento do Código de Ética do Badesul, bem como da Política de Conduta e de Integridade das Licitações e Contratos Administrativos do Badesul e da Política Corporativa Anticorrupção do Badesul, que poderão ser consultados por intermédio do sítio eletrônico www.badesul.com.br ou requisitados ao Gestor do Contrato.

16.6. Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do BADESUL ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: e-mail: ouvidoria@badesul.com.br; e telefone (08006425800).

CLÁUSULA 17ª. DAS SANÇÕES

17.1. Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o BADESUL poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva ao contratado, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

17.2. Com fundamento na Lei 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações ficará impedida de licitar e contratar com o Badesul, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão do contrato e da aplicação de multa, o contratado que:

- 17.2.1. apresentar documentação falsa;
- 17.2.2. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- 17.2.3. falhar na execução do contrato;
- 17.2.4. fraudar a execução do contrato;
- 17.2.5. comportar-se de modo inidôneo;
- 17.2.6. cometer fraude fiscal.

17.3. Configurar-se-á o retardamento da execução quando o contratado:

- 17.3.1. deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço ou assinatura do contrato;

17.3.2. deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

A falha na execução do contrato estará configurada quando o contratado descumprir as obrigações e cláusulas contratuais, cuja dosimetria será aferida pela autoridade competente, de acordo com o que preceitua o item 17.11.

17.4. Para os fins do item 17.2.5 reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

17.5. O contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 17.2 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.5.1. multa:

17.5.1.1. compensatória de até 10% sobre o valor total atualizado do contrato nos casos de inexecução, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução do objeto contratado, e nos casos de descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

17.5.1.2. moratória de até 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 dias.

17.5.2. impedimento de licitar e de contratar com o BADESUL, pelo prazo de até dois anos.

17.6. As multas compensatórias e moratória poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo da aplicação da sanção de impedimento de licitar e de contratar com o BADESUL.

17.7. As sanções decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

17.8. A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

17.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei federal nº 13.303/2016 e Regulamentos Interno de Licitações do Badesul.

17.10. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas ao contratado.

17.10.1. Se o valor a ser pago ao contratado não for suficiente para cobrir o

valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, se houver

17.10.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

17.10.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo contratado ao contratante, o débito será encaminhado para cobrança judicial.

17.10.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do contratante.

17.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.12. A aplicação de sanções não exime a contratada da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

17.13. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei federal nº 12.846/2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

CLÁUSULA 18ª. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO AUTORAL

18.1. Todos e quaisquer bens de propriedade intelectual, incluindo, mas não se limitando a marcas, registradas ou depositadas, nomes de domínio, nomes empresariais, logos, desenhos, sinais distintivos, modelos de utilidade, segredos empresariais, know-how, obras intelectuais, inclusive programas de computador, campanhas de publicidade, obras audiovisuais, notícia se informes, assim como todo e qualquer item que seja protegido pelo direito de propriedade intelectual de exclusiva propriedade do BADESUL não poderão ser usados a qualquer título ou sob qualquer meio ou forma pela pessoa jurídica credenciada, exceto mediante autorização prévia e por escrito do BADESUL.

CLÁUSULA 19ª. DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

19.1. Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo deles,

bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação BADESUL.

19.2. Cabe à CONTRATADA cumprir as seguintes regras de sigilo e assegurar a aceitação e adesão às mesmas por profissionais que integrem ou venham a integrar a sua equipe na prestação do objeto deste Contrato, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual e da prestação dos serviços:

19.3. cumprir as diretrizes e normas da Política de Segurança da Informação do BADESUL, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;

19.4. não acessar informações sigilosas do BADESUL, salvo quando previamente autorizado por escrito;

19.5. sempre que tiver acesso às informações mencionadas no inciso anterior:

19.6. manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada prestação do objeto deste Contrato;

19.7. limitar o acesso às informações aos profissionais envolvidos na prestação dos serviços objeto deste Contrato, os quais deverão estar cientes da natureza sigilosa das informações e das obrigações e responsabilidades decorrentes do uso dessas informações; e

19.8. informar imediatamente ao BADESUL qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como dos profissionais envolvidos, adotando todas as orientações do BADESUL para remediar a violação;

19.9. entregar ao BADESUL, ao término da vigência deste Contrato, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste Contrato;

19.10. quando e se assim o Badesul entender necessário, assinar Termos de Confidencialidade a ser disponibilizado pelo BADESUL, devendo nesse caso ser firmado pelo representante legal da CONTRATADA e pelos profissionais que acessarão informações sigilosas; quando necessária a assinatura de Termo de Confidenciabilidade, esse deverá ser assinado pelos profissionais substitutos.

CLÁUSULA 20ª. DA RESCISÃO

20.1. Sem prejuízo das hipóteses e condições de extinção dos contratos previstas no direito privado, a contratação poderá ser rescindida unilateralmente nas seguintes hipóteses:

20.1.1. pelo descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

20.1.2. pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

20.1.3. pela lentidão do seu cumprimento, caso comprovada a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

20.1.4. pelo atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

20.1.5. pela paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação;

20.1.6. pela subcontratação total ou parcial do seu objeto, não admitidas neste contrato;

20.1.7. pela cessão ou transferência, total ou parcial, das obrigações da CONTRATADA à outrem;

20.1.8. pela associação da CONTRATADA com outrem, a fusão, cisão, incorporação, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, salvo se não houver prejuízo à execução do contrato e aos princípios da administração pública, se forem mantidas as mesmas condições estabelecidas no contrato original e se forem mantidos os requisitos de habilitação;

20.1.9. pelo desatendimento das determinações regulares do fiscal e do gestor do contrato, assim como as de seus delegados e superiores;

20.1.10. pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio pela fiscalização;

20.1.11. pela decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

20.1.12. pela dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

20.1.13. por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Diretor da área gestora do contrato, ratificada pelo Diretor Presidente, e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

20.1.14. salvo nas hipóteses em que decorrer de ato ou fato do qual tenha praticado, participado ou contribuído a CONTRATADA, assim como em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, a suspensão da execução do contrato, por ordem escrita do Badesul, por prazo

superior a 120 (cento e vinte) dias, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA até que seja normalizada a situação;

20.1.15. salvo nas hipóteses indicadas na alínea 20.1.14, o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Badesul decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, ou a interrupção por mora do Badesul em cumprir obrigação de fazer a ela atribuída pelo contrato pelo mesmo prazo, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

20.1.16. pela não liberação, por parte do Badesul, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

20.1.17. pela ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

20.1.18. pelo descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

20.2. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

20.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

20.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

20.2.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA 21ª. DA CESSÃO DE DIREITO

21.1. A cessão de direitos ou a transferência do presente contrato, no todo ou em parte, é proibida sob pena de rescisão imediata.

CLÁUSULA 22ª. DAS VEDAÇÕES

22.1. É vedado ao contratado:

22.1.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

22.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do contratante, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA 23ª. DA ANTICORRUPÇÃO

23.1. As Partes, por si e por seus administradores, diretores, empregados e agentes, obrigam-se a:

23.1.1. conduzir suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis;

23.1.2. repudiar e não permitir qualquer ação que possa constituir ato lesivo nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e legislação correlata;

23.1.3. dispor ou comprometer-se a implementar, durante a vigência do Contrato quem mantêm, programa de conformidade e treinamento voltado à prevenção e detecção de violações das regras anticorrupção e dos requisitos estabelecidos no Contrato;

23.1.4. notificar imediatamente a outra Parte se tiver conhecimento ou suspeita de qualquer conduta que constitua ou possa constituir prática de suborno ou corrupção referente à negociação, conclusão ou execução do Contrato, e declaram, neste ato, que não realizaram e nem realizarão qualquer pagamento, nem forneceram ou fornecerão benefícios ou vantagens a quaisquer autoridades governamentais, ou a consultores, representantes, parceiros ou terceiros a elas ligados, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão da administração pública ou assegurar qualquer vantagem indevida, obter ou impedir negócios ou auferir qualquer benefício indevido.

CLÁUSULA 24ª. DAS OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

24.1. As Partes reconhecem a importância e se comprometem por si e por seus colaboradores a respeitar e a contribuir com o cumprimento dos Princípios Constitucionais, dos Direitos e Garantias Fundamentais e dos Direitos Sociais previstos na Constituição Federal, tais como, mas não limitadamente:

24.1.1. evitar qualquer forma de discriminação;

24.1.2. respeitar o meio ambiente;

24.1.3. repudiar o trabalho escravo e infantil;

24.1.4. garantir a liberdade de seus colaboradores em se associarem a sindicatos e negociarem coletivamente direitos trabalhistas;

24.1.5. colaborar para um ambiente de trabalho seguro e saudável;

24.1.6. evitar o assédio moral e sexual;

24.1.7. compartilhar este compromisso de Responsabilidade Social na cadeia de fornecedores;

24.1.8. trabalhar contra a corrupção em todas as suas formas, incluída a extorsão e o suborno.

**CLÁUSULA 25ª. DA PREVENÇÃO À LAVAGEM DE
DINHEIRO**

25.1. As Partes estão cientes que as pessoas jurídicas se sujeitam à lei brasileira e aos acordos internacionais de prevenção à lavagem de dinheiro e riscos operacionais, mas também às regras e normas de conduta definidas pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

25.2. Neste sentido, havendo suspeita de eventual prática ilícita ou em desconformidade com o Contrato, ficará a critério exclusivo da Parte que suspeitar encerrar a relação contratual nos termos da Cláusula de extinção do Contrato firmado, independentemente de justificativa.

**CLÁUSULA 26ª. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
PESSOAIS**

26.1. O CONTRATADO está ciente do inteiro teor da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais publicada no sítio do Badesul;

26.2. O CONTRATADO deve manter público e acessível o contato do Encarregado de Dados da empresa.

26.3. A partir da vigência da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) o CONTRATADO adotará todas as providências necessárias ao adequado tratamento de dados pessoais, observando, dentre outros, os seguintes fundamentos previstos nesta legislação: o respeito à privacidade; a autodeterminação informativa; a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião; a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem; o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor e os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

26.3.1. Consideram-se dados pessoais qualquer informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.

26.3.2. Uma informação que identifica uma pessoa pode ser um dado simples, como um nome, números ou outros identificadores. Em sendo possível identificar um indivíduo diretamente das informações processadas, essas informações podem ser dados pessoais.

26.3.3. Se não for possível identificar diretamente um indivíduo a partir dessas informações, deverá ser ponderado se ele ainda é identificável, levando-se em consideração outras informações que poderão ser processadas em conjunto, através de meios razoáveis, para identificar esse indivíduo

26.3.4. É assegurado ao contratante a realização de diligências para verificar o cumprimento do tratamento de dados pessoais decorrente do presente contrato.

26.4. É assegurado ao contratante o direito de regresso em face da contratada em eventual ação judicial em decorrência do inadequado tratamento dos dados pessoais.

CLÁUSULA 27ª. DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

27.1. O CONTRATADO está ciente do inteiro teor da Política de Segurança da Informação e de Segurança Cibernética publicada no sítio do Badesul.

CLÁUSULA 28ª. DAS ALTERAÇÕES

28.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81 da Lei Federal nº. 13.303/2016.

CLÁUSULA 29ª. DOS CASOS OMISSOS

29.1. Os casos omissos serão decididos segundo as disposições contidas na Lei nº. 13.303/2016, nas demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 30ª. DA SUBCONTRATAÇÃO

30.1. Para execução do OBJETO deste Edital não será permitida a subcontratação sob qualquer pretexto ou alegação.

CLÁUSULA 31ª. DO VALOR FISCAL DO CONTRATO

31.1. O valor estimativo do presente contrato, para fins fiscais, será de até **R\$ 12.837,00 (Doze mil, oitocentos e trinta e sete reais).**

CLÁUSULA 32ª. DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

32.1. Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.

32.2. As partes considerarão cumprido o contrato quando todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pela CONTRATADA.

32.3. Quando for o caso, os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos pela CONTRATADA ou por seus profissionais passam a ser propriedade do Badesul, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

32.4. Haverá consulta prévia ao CADIN/RS, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da Lei nº 10.697/1996, regulamentada pelo Decreto nº 36.888/1996.

32.5. O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula.

CLÁUSULA 33ª. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

33.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Porto Alegre/RS – Justiça Estadual.

33.2. E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este contrato, em 02 (duas) vias de iguais teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre/RS,

CONTRATANTE:

BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS

Cláudio Leite Gastal,
Diretor Presidente.

Kalil Sehbe Neto,
Diretor-Financeiro

CONTRATADA:

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE EMPRESA DE
TECNOLOGIA E CIÊNCIAS -FUNDATEC**

Carlos Henrique da Cunha Castro,
Presidente.

TESTEMUNHAS:

Patrícia Eberhardt Dutra
CPF/MF. [REDACTED]

Jacqueline Pires de Oliveira
CPF/MF [REDACTED]

Visto jurídico quanto à forma

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2023

PROCESSO Nº 23/4000-0000299-3

ANEXO I.

PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de consultoria em Avaliações de Desempenho referentes ao período de outubro 2021 a setembro 2022.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A avaliação de desempenho é uma ferramenta essencial para a gestão de pessoas em uma organização. Ela permite a análise sistemática do desempenho individual dos colaboradores, identificação de pontos fortes e oportunidades de melhoria, além de fornecer subsídios para o direcionamento dos esforços de desenvolvimento e promoção de talentos.

2.2. No entanto, a condução de avaliações de desempenho eficazes demanda conhecimento técnico e experiência na aplicação de metodologias e instrumentos apropriados. É necessário elaborar um processo objetivo, imparcial e transparente, garantindo que a coleta de dados seja confiável e que as conclusões sejam baseadas em critérios consistentes.

2.3. Nesse contexto, a contratação de consultoria especializada em avaliações de desempenho se justifica como forma de assegurar a qualidade e a efetividade desse processo. Ao buscar os serviços de uma consultoria externa, a organização terá acesso a profissionais capacitados em avaliação de desempenho, que possuem experiência em aplicar as melhores práticas e atualizações do mercado.

2.4. Além disso, a consultoria trará um olhar isento e imparcial sobre o desempenho dos colaboradores, evitando conflitos de interesse e assegurando a credibilidade do processo. A neutralidade do consultor também facilita a abertura dos colaboradores para contribuírem com feedbacks sinceros e construtivos, o que possibilita uma avaliação mais precisa e enriquecedora.

2.5. Outro benefício da contratação de consultoria em avaliações de desempenho é a otimização dos recursos internos da organização. Ao delegar a responsabilidade de conduzir as avaliações para uma equipe externa, os gestores e profissionais internos poderão direcionar seu tempo e esforço para outras atividades estratégicas, aumentando a eficiência dos processos internos.

2.6. Ademais, será possível acompanhar adequadamente a execução/aplicação da Avaliação de Desempenho, fornecendo preparação para gestores e colaboradores, incluindo orientações claras sobre a metodologia de avaliação de desempenho e oferecendo suporte para corrigir eventuais problemas na metodologia.

2.7. A empresa busca garantir que as promoções nas diversas funções sejam baseadas principalmente no mérito pessoal e na contribuição individual para os resultados organizacionais, promovendo uma cultura de equidade e reconhecimento do desempenho dos colaboradores.

2.8. A contratação de consultoria em avaliações de desempenho no período de outubro 2021 a setembro 2022 possibilita a realização de um ciclo completo de avaliações anuais, permitindo a identificação de tendências e monitoramento do progresso dos colaboradores ao longo do tempo. Isso contribui para o desenvolvimento individual e coletivo, fortalecendo a cultura de melhoria contínua e valorização do desempenho na organização.

2.9. Diante desses argumentos, fica evidente a importância da contratação de consultoria em avaliações de desempenho para garantir um processo estruturado, imparcial e eficaz. A expertise dos consultores, aliada à sua neutralidade, possibilitará identificar pontos fortes e oportunidades de melhoria, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos colaboradores e, conseqüentemente, para o sucesso da organização.

2.10. Em atendimento ao Aditivo ao Acordo Coletivo da categoria dos exercícios de 2018/2019, foi contratada Assessoria Técnica Especializada, em 2019, para revisar, avaliar e elaborar proposta de modernização do regimento de concessão de promoções do Quadro Permanente e em Extinção do Badesul.

2.11. O trabalho foi finalizado em 2020, sendo que em decorrência da Pandemia as aprovações sobre o tema ocorreram somente na Negociação Coletiva de 2022.

2.12. Para finalizar, o referido trabalho, faz-se necessária a contratação da empresa, contratada anteriormente, para acompanhar a execução/aplicação da Avaliação de Desempenho, orientando sobre a metodologia de avaliação de desempenho e avaliação de eventuais correções

da metodologia, bem como qualificar os gestores e, ainda, os colaboradores para o processo de feedback.

2.13. É importante ressaltar que não foi solicitada garantia contratual, tendo em vista se tratar de valor baixo, visto que o custo e tempo envolvidos na obtenção desta pode exceder o próprio valor do contrato

2.14. Assim, considera-se que é mais benéfico para ambas as partes poupar os recursos e despesas adicionais necessários a obtenção e manutenção de uma garantia.

2.15. Além disso, em contrato de baixo valor os riscos financeiros envolvidos geralmente são menores. Caso ocorra um problema ou descumprimento contratual pela contratada, a quantia em jogo não será significativa e suficiente para justificar uma garantia.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. O objeto da contratação inclui as seguintes etapas:

3.1.1. Realização de palestra sobre Feedback de forma presencial ou remota conforme decisão entre as partes

3.1.2. Reuniões de Alinhamento com os Gestores antes da aplicação do formulário, de forma presencial-

3.1.3. Reunião de Alinhamento com todos os Empregados sobre os critérios de avaliação, podendo ser junto com a palestra sobre Feedback -

3.1.4. Apoio na aplicação das avaliações de desempenho de forma presencial ou remota conforme decisão entre as partes -

3.1.5. Reunião de alinhamento com os Gestores para validação das notas em grupo antes do consenso de forma presencial ou remota conforme decisão entre as partes -

3.1.6. Após aplicação e levantamento das notas, fazer avaliação da metodologia aplicada para fins de ajustes e se necessário, alteração da metodologia de forma remota -

3.1.7. Elaboração de um manual de orientação e boas práticas para a realização das Avaliações de Desempenho, contendo instruções claras e objetivas sobre os critérios de avaliação, os processos de feedback de forma remota-

3.1.8. Realização de reuniões periódicas durante o período de vigência do contrato, para acompanhamento e avaliação do andamento das Avaliações de Desempenho, com apresentação de relatórios de progresso e discussão de eventuais ajustes necessários.

4. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços deverão ser executados conforme detalhamento abaixo:

4.1.1. Realização de palestra sobre Feedback de forma presencial ou remota conforme decisão entre as partes - Prazo de 30 dias a partir da assinatura do contrato.

4.1.2. Reuniões de Alinhamento com os Gestores antes da aplicação do formulário, de forma presencial- Prazo de 10 dias após a realização da palestra.

4.1.3. Reunião de Alinhamento com todos os Empregados sobre os critérios de avaliação, podendo ser junto com a palestra sobre Feedback - Prazo de 7 dias após a realização da palestra do Feedback.

4.1.4. Apoio na aplicação das avaliações de desempenho de forma presencial ou remota conforme decisão entre as partes - Prazo de 15 dias após a reunião de Alinhamento com todos os Empregados.

4.1.5. Reunião de alinhamento com os Gestores para validação das notas em grupo antes do consenso de forma presencial ou remota conforme decisão entre as partes - Prazo de 10 dias após a aplicação das avaliações de desempenho.

4.1.6. Após aplicação e levantamento das notas, fazer avaliação da metodologia aplicada para fins de ajustes e se necessário, alteração da metodologia de forma remota - Prazo de 30 dias após a conclusão da aplicação das avaliações de desempenho.

4.1.7. Elaboração de um manual de orientação e boas práticas para a realização das Avaliações de Desempenho, contendo instruções claras e objetivas sobre os critérios de avaliação, os processos de feedback de forma remota- Prazo de 45 dias após a conclusão da aplicação das avaliações de desempenho.

Os prazos antes mencionados somente serão contados do marco inicial se não houver outra comunicação em contrário.

5. DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

5.1. A Fundatec, foi contratada em 2019, por meio da Dispensa 101/2019 e Contrato ADM 041/2019, a qual executou os serviços de assessoria e consultoria técnica para revisar, avaliar e elaborar proposta de modernização do regramento atual de concessão de promoções do Quadro Permanente e em Extinção do Badesul, e um dos resultados do diagnóstico foi

a sugestão de nova metodologia de avaliações de desempenho que resultou na Resolução de Diretoria do Badesul nº 582/2022.

5.2. A contratação da Fundatec baseada nas premissas apresentadas é fundamentada em aspectos sólidos que justificam a escolha dessa empresa para realizar a assessoria e consultoria técnica no processo de modernização do regramento de concessão de promoções no Quadro Permanente e em Extinção do Badesul.

5.3. Inicialmente, a Fundatec já possui histórico de trabalho com o Badesul, tendo executado serviços de assessoria e consultoria técnica. Essa experiência prévia demonstra que a empresa já possui conhecimento sobre o funcionamento e as necessidades do Badesul, o que facilita a implementação de soluções eficazes e adequadas.

5.4. Além disso, o resultado desse trabalho realizado pela Fundatec foi a elaboração de uma proposta de modernização do regramento atual de concessão de promoções, o que por si só já demonstra a competência da empresa em lidar com aspectos complexos do quadro permanente e em extinção do Badesul.

5.5. Ainda mais relevante, a metodologia proposta pela Fundatec para avaliações de desempenho foi aprovada pelo Badesul através da Resolução de Diretoria nº 582/2022. Essa aprovação é um indicativo de que a metodologia apresentada pela Fundatec é consistente, confiável e satisfatória. Portanto, a empresa possui um histórico de sucesso e eficiência ao lidar com processos de promoção e avaliação de desempenho.

5.6. Outro ponto importante é que os colaboradores que participaram do processo de alteração da metodologia estão desligados ou afastados, o que significa que não estão disponíveis para auxiliar outras empresas que necessitem de orientação sobre essa metodologia. Dessa forma, a contratação da Fundatec se mostra ainda mais pertinente, pois a empresa já possui o conhecimento e a expertise necessária para realizar essa orientação.

5.7. Por fim, é necessário salientar a importância da manualização da metodologia para as próximas aplicações. Esse é um ponto crucial para garantir a continuidade e a padronização dos processos de concessão de promoções no Badesul. A Fundatec, por já ter trabalhado nesse projeto, está bem posicionada para realizar a manualização, uma vez que já possui o conhecimento detalhado da metodologia e das necessidades do Badesul.

5.8. Diante dessas premissas, é evidente que a contratação da Fundatec é a opção mais adequada para garantir a plena satisfação do objeto contratado. A empresa possui histórico de bom desempenho, experiência prévia com o Badesul, metodologia aprovada e conhecimento detalhado da

situação. Portanto, é uma escolha consistente e confiável para realizar a assessoria e consultoria técnica necessária.

6. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

6.1. O preço oferecido pelo fornecedor em questão está em perfeita sintonia com o mercado, podendo ser comprovado através de cópias de notas fiscais e contratos de outros clientes que foram atendidos pelo mesmo fornecedor. Esses documentos demonstram claramente que o serviço prestado é similar ou até mesmo o mesmo que estamos buscando adquirir.

6.2. Ao analisar as cópias das notas fiscais e contratos de outros clientes, podemos observar que o valor cobrado pelo fornecedor está dentro dos parâmetros praticados pelo mercado e é menor que o ofertado para serviços similares. Através desses documentos, é possível constatar que outros clientes já contrataram os serviços do fornecedor com sucesso, o que reforça a qualidade e eficácia dos seus serviços.

7. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇOS

7.1. Os serviços serão realizados na sede do BADESUL/de forma presencial e remota, a combinar entre as partes.

7.2. Quando presencial, o serviço será prestado na rua General Andrade Neves, 175, 11º andar, bairro Centro Histórico, em Porto Alegre/RS.